



# La situación de la justicia social

## Progresos en curso

2025

Há três décadas, eles reuniram-se em Copenhague delegados de 186 países para celebrar a primeira Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Social, a maior reunião de líderes mundiais que se havia convocado até então. Na cimeira de 1995, reconheceu a importância do emprego pleno e produtivo para o desenvolvimento social, apontando a sua inter-relação com a erradicação da pobreza e a inclusão social. O objetivo era estabelecer um quadro de desenvolvimento social centrado na as pessoas em um mundo onde as necessidades básicas ainda não estar cobertas, deixei o a pobreza e o desemprego e a exclusão social.

Em vésperas da Segunda Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social, que será realizada no Qatar em novembro de 2025, a OIT deu início a sua primeira tentativa de avaliar o estado da justiça social em todo o mundo e de reflectir sobre os progressos realizados nos últimos trinta anos. A justiça social significa que "todos os seres humanos, sem distinção de raça, credo ou sexo têm direito a perseguir seu bem-estar material e seu desenvolvimento espiritual em condições de liberdade e dignidade, de segurança econômica e em igualdade de oportunidades"<sup>1</sup>. Além de ser um imperativo moral, a justiça social permite que as sociedades e as economias funcionar com maior coesão e eficiência. Ajuda a aumentar a confiança, reforça a legitimidade e liberta o potencial produtivo para alcançar um crescimento inclusivo sustentável, a paz e a estabilidade.

O presente relatório avalia os principais indicadores utilizados para medir o progresso mundial e os desafios atuais na realização da justiça social, partindo de que "a paz universal e permanente só pode basear-se na justiça social", uma das premissas sobre as que se assenta a Constituição da OIT<sup>2</sup>.

Foram conseguidos progressos significativos. Desde 1995, o mundo é mais feliz, mais saudável e tem um nível educacional mais alto. No entanto, os avanços em algumas áreas continuam a ser limitados e perduram as enormes desigualdades. Daí que o desencanto com as instituições seja generalizado e persistente, apesar das muitas melhorias. Foi erosão da confiança os governos, os sindicatos e as empresas, um claro sintoma de deterioração do contrato social. Cada vez mais pessoas consideram que o seu esforço não é recompensado e que a sociedade é injusta.

Neste relatório, a OIT analisa a situação da justiça social no mundo e formula reco- mendaciones sobre a forma de agir para seguir em frente.

<sup>1</sup> Declaração relativa aos fins e objetivos da OIT (1944) (Declaração de Filadélfia), parte II, a).

<sup>2</sup> Constituição da OIT, preâmbulo.

## Construir um mundo mais justo: quatro pilares fundamentais

A visão da OIT para fazer avançar a justiça social baseia-se em quatro pilares, cada um de os quais se analisa no capítulo correspondente:

**1. Direitos humanos fundamentais e capacidades: Sentar as bases da justiça social**

e consistem em garantir as liberdades e os direitos fundamentais.

**2. Igualdade de acesso às oportunidades: A justiça social exige centrar a atenção em**

eliminar os obstáculos à participação na educação, a formação e o mundo do trabalho, concedendo às pessoas a oportunidade de ganhar a vida dignamente.

3. Distribuição equitativa: Este pilar tem por objeto garantir uma repartição justa dos benefícios do crescimento econômico, prestando especial atenção às pessoas mais desfavorecidas.

4. Transições justas: A justiça social num mundo em mudança exige aplicar, adaptar e ampliar as instituições para gerir com justiça as grandes mudanças sociais (ambientais, digitais e demográficos), sem deixar ninguém para trás.

### Avanços fundamentais e disparidades persistentes de 1995 a 2025

O mundo é mais feliz, mais saudável e tem um nível educacional mais elevado do que em 1995, e alcançaram-se progressos consideráveis em várias dimensões.

No entanto, os avanços em algumas áreas continuam a ser limitados e perduram as enormes desigualdades.



**1 em cada 4 pessoas** não tem acesso a água potável.

**800 milhões**

vivem com menos de 3 dólares, nos estados unidos. EUA. o dia



O **1% mais rico** segue controlando o

**20%** do ingresso e **38%** da riqueza



**138 milhões** de crianças de 5 a 17 anos trabalham, e quase o **50%** fazem-no condições perigosas



Relação entre os rendimentos dos homens e das mulheres: **78%** em 2025 Se persistirem as tendências atuais, a diferença salarial demora

**50 e 100 anos em** desaparecer

# Capítulo 1: Direitos humanos fundamentais e capacidades

Os direitos humanos fundamentais e as capacidades são a base indispensável para alcançar a justiça social, não somente no mundo do trabalho, mas também em todo o mundo. Dos direitos humanos, os direitos trabalhistas e a melhoria das capacidades são condições essenciais para a justiça social. Os direitos humanos básicos são coletados em vários instrumentos, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966) e o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos (1966). Na Declaração de Copenhague sobre Desenvolvimento Social (1995) (Declaração de Copenhaga)<sup>3</sup> reafirmou a interdependência entre o desenvolvimento social, dos direitos humanos e a segurança internacional, sobre a base da Declaração de Filadélfia (1944) e a Carta das Nações Unidas (1945). Em todos esses instrumentos, se reconhece a importância do direito à liberdade de expressão como fundamental para os direitos sociais, políticos e econômicos.

## As taxas de conclusão de estudos do

Primária:

**+10%**

Secundária:

**+22%**



A Declaração de Copenhaga reafirmou que o desenvolvimento social, a justiça social, os direitos humanos e a paz e a segurança internacionais estão intimamente interligados, em consonância com os princípios anteriores da OIT e de a Carta das Nações Unidas. A comunidade internacional se comprometeu a promover o emprego de qualidade, para proteger os direitos de os trabalhadores e a defender os convênios fundamentais **2000** da OIT. A Declaração de Copenhaga se reforçou pos- posteriormente, com a Declaração da OIT relativa a

<sup>3</sup> A Declaração de Copenhaga é o documento final da primeira Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Social, realizada em Copenhaga em 1995.

## Mortalidade relacionada com o trabalho



**mais de 10% desde 2000**

## Trabalho infantil



**20,6% em 1995**  
**7,8% em 2024**

**Produto anual por pessoa ocupada**  
**78% desde 1995, e nos países de rendimento médio alto**

**215%**



## Pobreza extrema

**4 de cada 10**  
**pessoas em 1995**  
**1 em cada 10**  
**pessoas em 2023**



**A desigualdade da produtividade do trabalho entre países**

**40% desde 1995**

## Pobreza de trabalho

**27,9% de pessoas ocupadas em situação de pobreza em 2000**

**6,9% em 2024**

**A partir de 2023, mais de 50% as pessoas estão cobertas por um regime de proteção social**

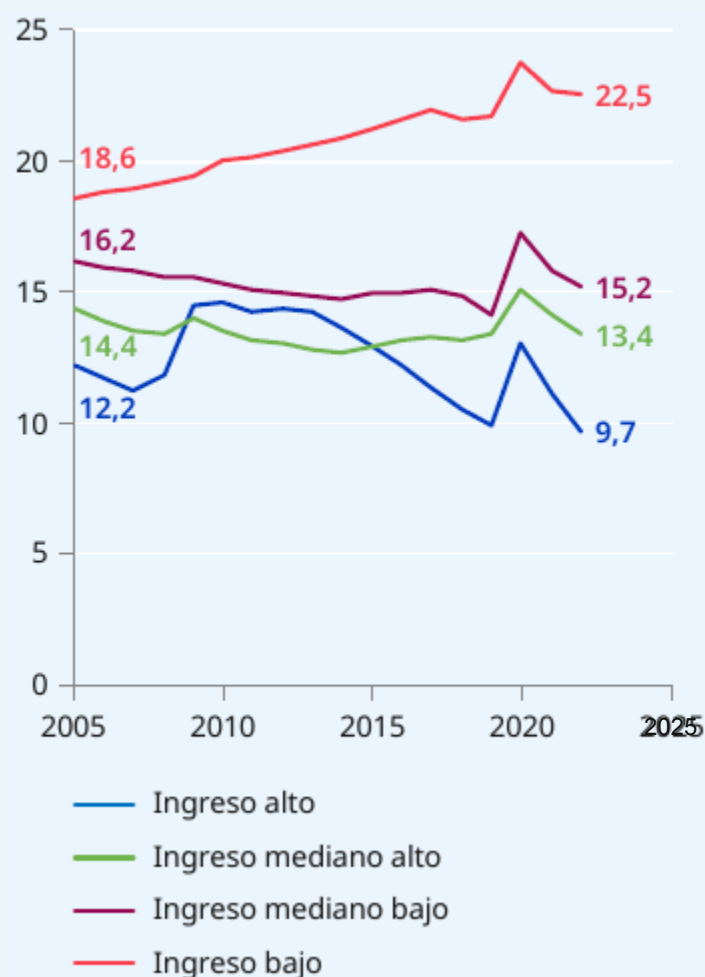


os princípios e direitos fundamentais no trabalho (1998) e a sua modificação de 2022, em que identificaram-se cinco direitos trabalhistas como direitos humanos fundamentais subscrever certificados de desempenho, no sentido de que dão acesso a outros direitos humanos e trabalhistas: a liberdade de associação e a liberdade sindical e o reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva; a eliminação do trabalho forçado ou obrigatório; a abolição do trabalho infantil; eliminação de a discriminação no trabalho; e um ambiente de trabalho seguro e saudável. Além disso, o direito ao trabalho, o direito a condições de trabalho equitativas e satisfatórias e o direito à segurança social são direitos humanos fundamentais relacionados com o mundo do trabalho.

Os avanços na garantia dos direitos humanos fundamentais para todos, têm sido díspares. Por um lado, a prevalência do trabalho infantil e a taxa de lesões profissionais são mortais diminuído significativamente desde 1995. Por outro, a avaliação do cumprimento dos direitos de liberdade de associação e liberdade sindical e de negociação coletiva não melhorou a partir de 2015, e o trabalho forçado se mantém no ambiente de 3,5 por cento da população.

## Capítulo 2: Igualdade de acesso as oportunidades

**Gráfico RE1. Medida combinada de subutilização da força de trabalho (SU4) por grupo de países de acordo com seu nível de renda, 2005-2022 (percentagem)**

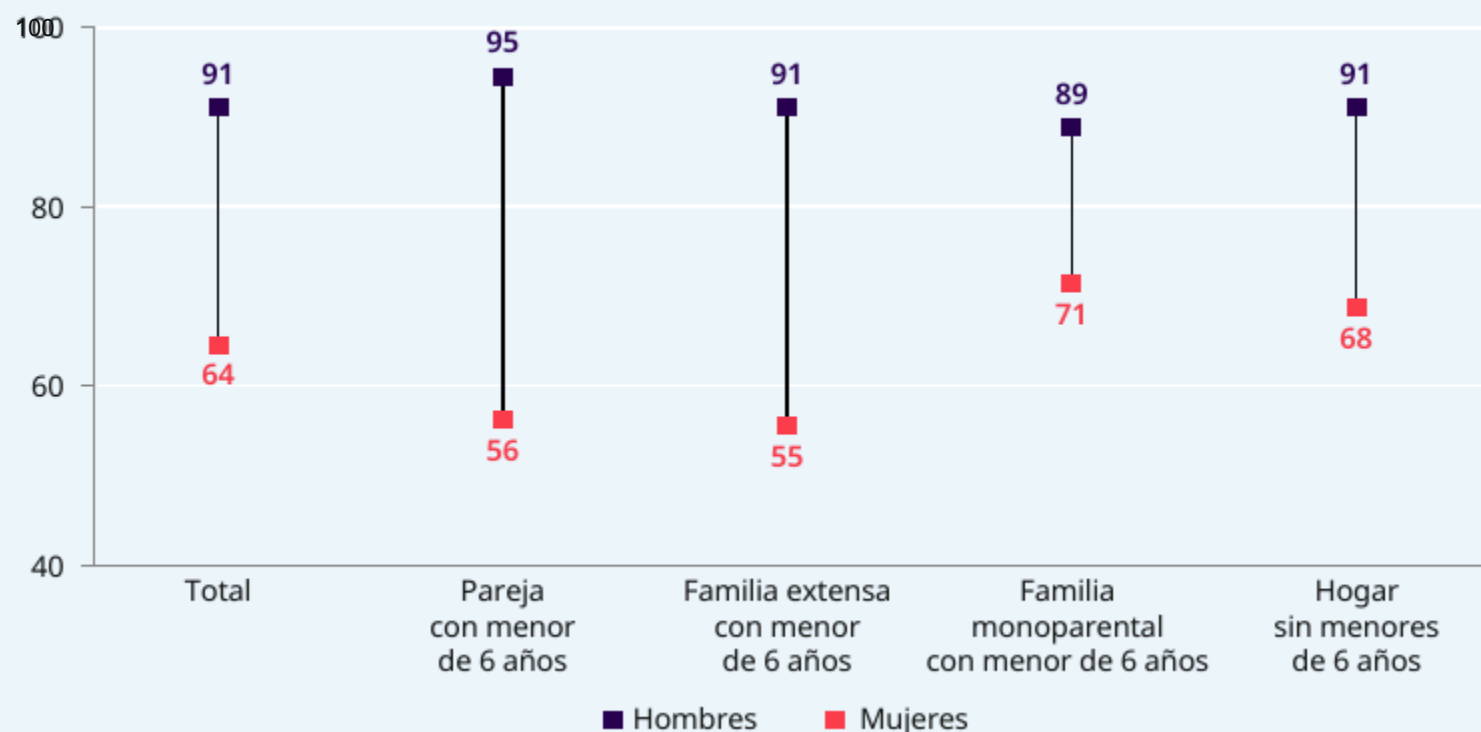


Fonte: ILOSTAT, estimativas modelizadas da OIT, novembro de 2024.

A igualdade de acesso às oportunidades significa superar e eliminar os obstáculos à participação na educação, a formação e o mundo do trabalho, permitindo às pessoas conseguir um emprego decente em forma de emprego assalariado ou independente. O conceito de trabalho decente, introduzido pela OIT em 1999 refere-se a um emprego produtivo para mulheres e homens, coberto por sistemas de proteção social, que respeite os direitos de trabalho e em condições negociadas através de sólidos mecanismos de diálogo social. Embora a amplitude deste conceito não pode ser retirado em uma única medida precisa (nem sequer compôr), muitos indicadores indiretos revelam que a melhoria é muito lenta. Por exemplo, a informalidade —um obstáculo generalizado e persistente, o que dificulta o acesso às oportunidades— serve como indicador do parcial<sup>4</sup> déficit global de trabalho decente. Em 2025, o 58% dos trabalhadores têm um emprego informal. O crescimento econômico por si só, não garante um emprego decente ou formal, o que demonstra que as políticas são imprescindíveis para apoiar a igualdade de acesso às oportunidades de trabalho. A início do século XXI, um crescimento do PIB de 1 por cento resultou em um aumento de 0,50 por cento no emprego formal, uma taxa mais elevada do que a de crescimento global do emprego. No entanto, na última década, esta

<sup>4</sup> Um posto formal pode ser ou não um trabalho decente, mas um lugar informal, jamais poderia ser.

**Gráfico de RE2. Taxa mundial de atividade da população de meia-idade por sexo e tipo de casa, 2023 (percentagem)**



Fonte: ILOSTAT, estimativas modelizadas da OIT, novembro de 2024.

relação se reduziu ao 0,38 por cento, o que indica uma relação mais fraca entre o crescimento económico e a criação de postos de trabalho formales<sup>5</sup>.

Além da informalidade, persistem grandes diferenças na taxa de atividade entre homens e mulheres, entre os jovens e os trabalhadores de meia-idade, entre as pessoas com e sem deficiência e entre países com diferentes níveis de renda (ver gráficos RE1 e RE2).

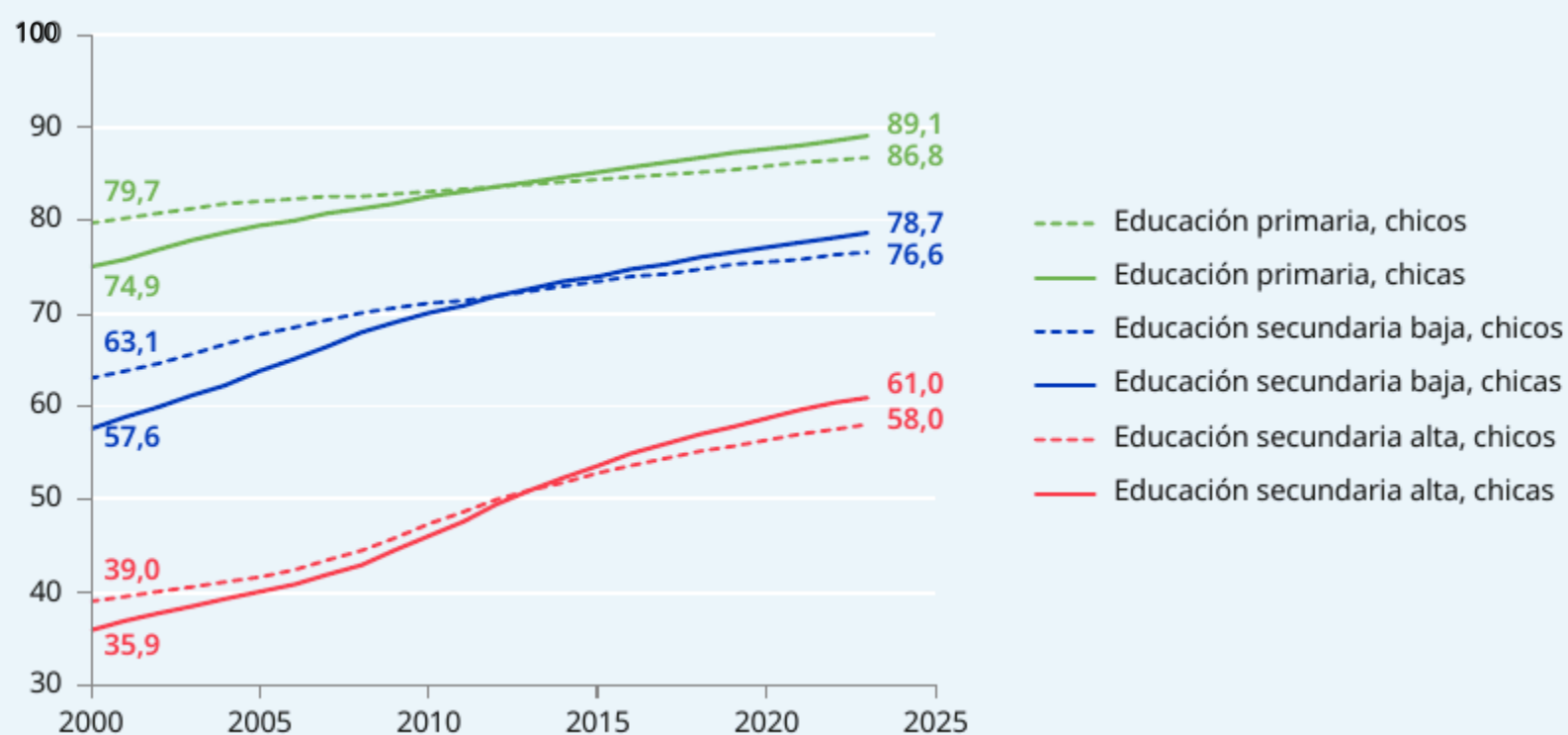
As taxas de desemprego, embora tenham descido a nível mundial, sobretudo nos países de renda elevado, devido à melhoria das políticas e o impacto do envelhecimento da população, que está associada com menores taxas de atividade—, vão aumentando em países de renda sob. A subutilização da força de trabalho (incluindo as medidas de subocupación por insuficiência de tempo de trabalho e a força de trabalho potencial, que engloba as pessoas atualmente inativas, mas dispostas a integrar a força de trabalho), revela disparidades mais profundas. Uma lacuna persistente de 27 pontos percentuais entre homens e mulheres quanto à taxa de actividade. Em grande parte, isto se deve a que as mulheres assumem a maior parte das responsabilidades de cuidados não remuneradas (76 por cento em todo o mundo), o que limita o seu acesso ao emprego remunerado. A elevada taxa de jovens que nem trabalham nem estudam nem recebem formação ("nascido na") continua a representar um problema para os mais jovens, em especial para as mulheres jovens, cuja taxa de nascido na no mundo era de a 28 por cento em 2024.

É necessária uma abordagem abrangente de políticas favoráveis ao emprego, que harmonize as intervenções macroeconómicas, setoriais e empresariais com a educação básica, o desenvolvimento de recursos e os programas activos do mercado de trabalho, e que incorpore objectivos de igualdade para eliminar as barreiras estruturais que limitam o acesso das mulheres e outros grupos vulneráveis para a vida activa.

Educação. As competências, os conhecimentos e a educação dão acesso a oportunidades de trabalhistas e de outro tipo ao longo da vida. As tendências também foram positivas em últimos trinta anos, especialmente para as meninas e as jovens. No gráfico RE3 se pode observar que as taxas de conclusão da educação secundária baixa aumentaram em 14 pontos percentuais para os meninos e 21 pontos para as meninas entre 2000 e 2023.

<sup>5</sup> OIT, *Emprego, direitos e crescimento: fortalecer o nexu. Memória do Director-Geral, ILC.113/I(B), ATÉ 2025.*

Gráfico RE3. As taxas de conclusão dos estudos por nível de escolaridade e sexo, 2000-2023 (percentagem)



Fonte: Dados do Instituto de Estatística da UNESCO (ver <https://uis.unesco.org/>).

Não obstante, os resultados da aprendizagem e a adequação das competências ao posto de trabalho continuam sendo aspectos problemáticos.

Desenvolvimento empresarial. O setor privado representa quase 90 por cento do emprego mundial, e as micro e pequenas e médias empresas (mipymes) geram aproximadamente 70 por cento, o que significa que as empresas produtivas, incluindo as mipymes, são cruciais para oferecer oportunidades a todas as pessoas. No entanto, as mipymes podem sofrer uma importante lacuna de produtividade em comparação com as grandes empresas. O acesso ao crédito, à tecnologia e o investimento na formação dos trabalhadores são fatores fundamentais para que melhorem as condições de trabalho e a produtividade nas mipymes.

Políticas activas do mercado de trabalho. As políticas ativas do mercado de trabalho são cruciais para oferecer oportunidades a todas as pessoas no mundo do trabalho. Consistem em o seguinte:

- i) programas de formação, que são eficazes quando se coordenam entre as partes interessadas e se adaptam às necessidades tanto dos candidatos a emprego, bem como do mercado;
- ii) serviços de intermediação de trabalho, que ajudam a colocar em contato os petionários de emprego, as vagas, reduzindo assim os custos de pesquisa;
- iii) programas públicos de emprego, que fornecem apoio às receitas e geram emprego de curta duração, especialmente durante as recessões económicas e países de menor rendimento;
- iv) subsídios de emprego, como subsídios salariais e incentivos à contratação, que podem ajudar a manter o emprego durante as crises e facilitar as transições para as indústrias do futuro;
- v) apoio à iniciativa empresarial e ao emprego independente.

É necessária uma abordagem abrangente de políticas de incentivo ao emprego para superar as barreiras que impedem a igualdade de oportunidades, principalmente no acesso a um emprego decente e produtivo.

## Capítulo 3: Distribuição equitativa

O conceito de distribuição equitativa consiste em garantir uma repartição justa dos benefícios do crescimento econômico, prestando especial atenção às pessoas mais desfavorecidas. Este conceito parte do reconhecimento do valor normativo de equidade e de que uma elevada desigualdade de renda, ao ter um impacto negativo no crescimento económico e a estabilidade, contribui para a conflitividade social, a criminalidade, a pobreza, os problemas de saúde e a falta de coesão social. Embora uma distribuição equitativa não é uma igualdade perfeita —sempre haverá diferenças quanto aos salários, os rendimentos e o nível de riqueza como recompensa pela iniciativa, a inovação e o trabalho duro—, os atuais níveis de desigualdade de renda continuam inaceitavelmente elevados.

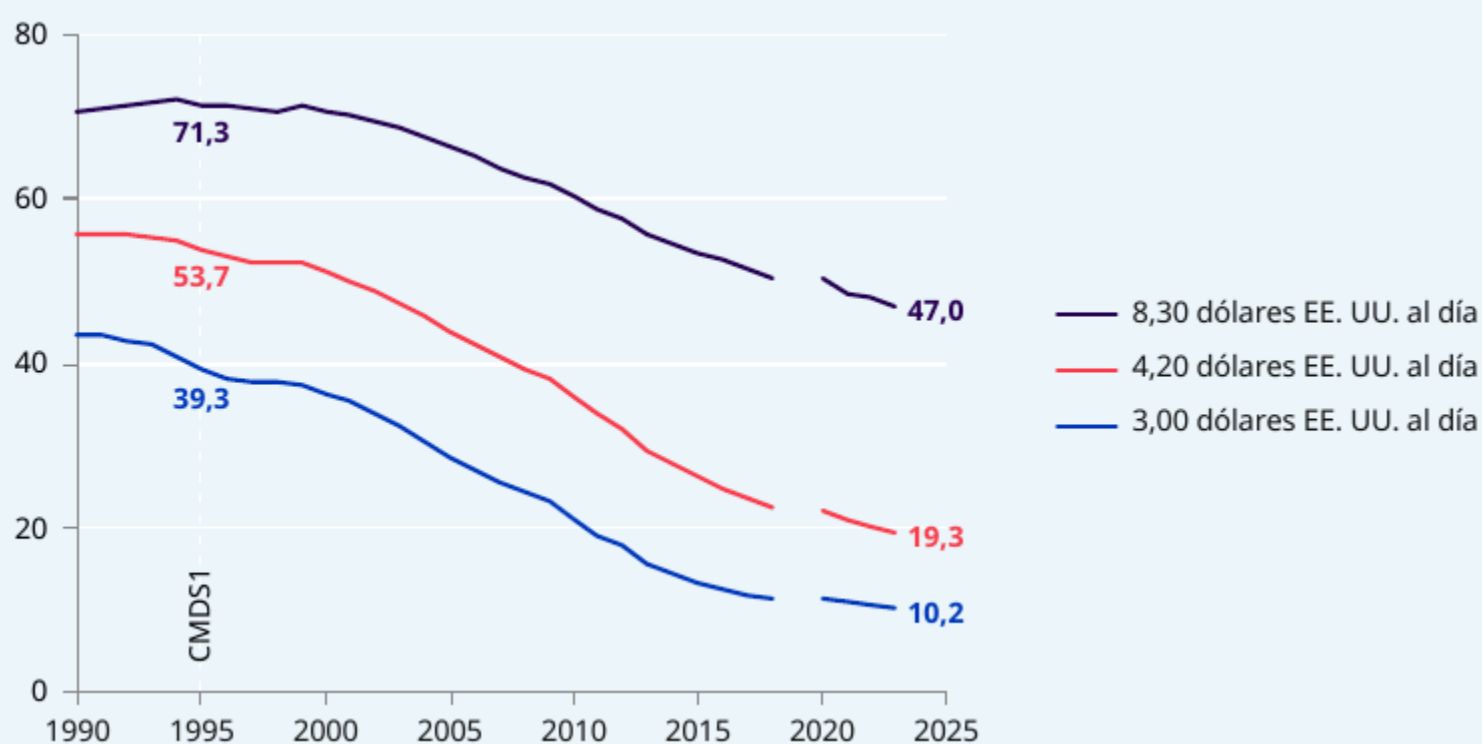
Apesar da redução da desigualdade de renda do trabalho, desde 1995, sobre tudo entre países, a desigualdade salarial ainda é elevada, e muitos trabalhadores recebem salários insuficientes para atingir um nível de vida digno. Embora a proporção correspondente aos receitas totais cobrados por 10 por cento mais rico foi reduzido em 3 pontos percentuais em o período de 1995 a 2024, mantém-se ainda em níveis inaceitavelmente altos, por 53 por cento. Em grande medida, a diminuição da desigualdade mundial se deve a que os países de renda média estão alcançando os de renda alta, enquanto que os países de renda sob ficaram cada vez mais para trás.

A pobreza, a pobreza de trabalho e a fome (medida pelo atraso do crescimento infantil) são diminuído desde 1995 (vése o gráfico RE4), mas a melhora foi preso um pouco em últimos vinte anos.

A participação do trabalho na renda nacional (ver gráfico RE5) tem aumentado nos países de rendimento baixo e médio, mas caiu de rendimento alto. Devido ao peso os países de rendimento elevado rendimento global, a tendência mundial é decrescente.

Certos grupos, como as mulheres e os trabalhadores com deficiência— continuam a dormência- o diferenças salariais motivadas por fatores alheios às características do posto de

**Gráfico RE4. As taxas mundiais de pobreza monetária de acordo com os limites internacionais de pobreza, 1990-2023 (percentagem)**

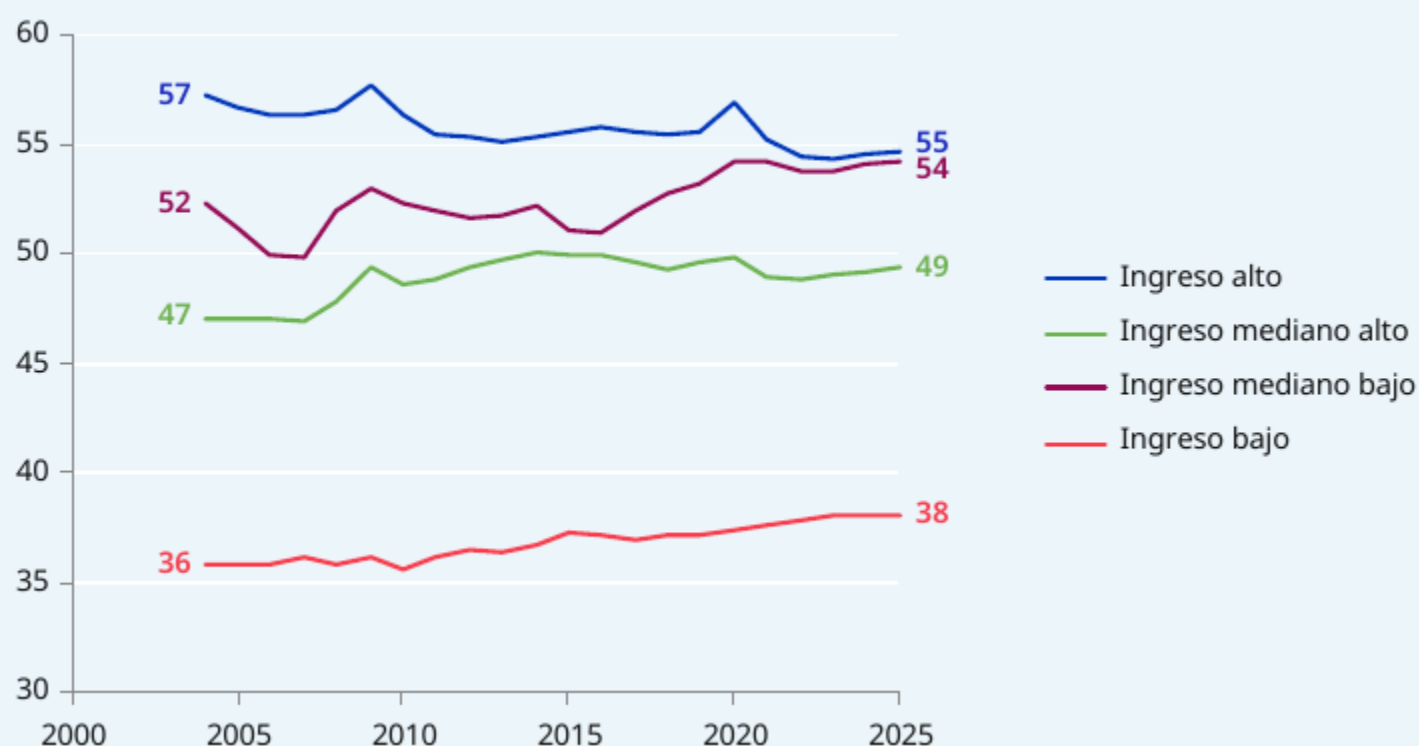


CDS1 = primeira Cimeira Mundial sobre o Desenvolvimento Social.

Nota: A interrupção da série se deve à pandemia de COVID-19, quando foram suspensas temporariamente muitas pesquisas de casas.

Fonte: Banco Mundial, "Poverty and Inequality Platform".

**Gráfico RE5. Participação do trabalho na renda nacional por grupo de países de acordo com seu nível de renda, 2004-2025 (porcentagem)**



Fonte: ILOSTAT, estimativas modelizadas da OIT, maio de 2025.

trabalho, os níveis de competências, a experiência ou o rendimento do trabalho. Embora as mulheres têm avançado muito na redução das diferenças de renda em relação aos homens, continuam a receber apenas 75% do que ganham os homens nos países de renda alto e apenas 46 por cento em países de rendimento baixo. A diferença entre trabalhadores com e sem deficiência não tem mostrado sinais de redução substancial na última década e segue sendo de 20 por cento para os homens e de 46 por cento para as mulheres.

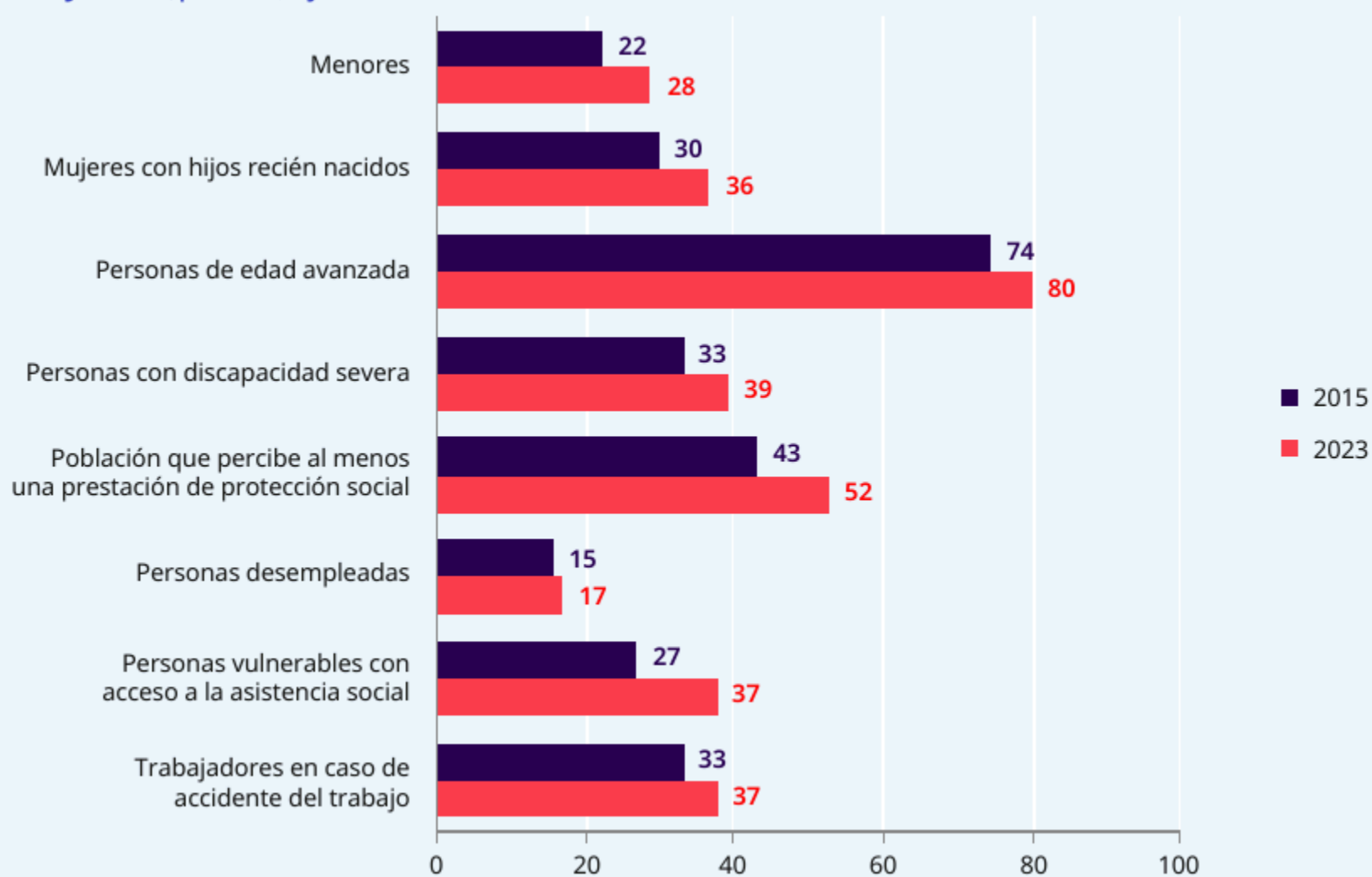
As políticas de distribuição equitativa dos rendimentos no mercado e a redistribuição através de impostos e políticas sociais promovem um melhor repartição da riqueza.

**Políticas para a obtenção de resultados justos no mercado. Além das políticas recomendadas no capítulo 2, cabe destacar dois outros tipos de políticas destinadas a alcançar uma distribuição mais igualitária dos rendimentos no mercado: o salário mínimo e a negociação salarial.** O salário mínimo, estabelecido por lei ou por negociação, é uma ferramenta fundamental para compensar os baixos salários e a desigualdade salarial. O seu valor real, em média, em todos os países, tem aumentado substancialmente nos últimos trinta anos. Este aumento foi maior nos países de rendimento médio alto e coincidiu com um declínio da desigualdade salarial. Em troca, o salário mínimo diminuiu de 44 por cento em termos reais em países de rendimento baixo desde 1995. Nos últimos anos, devido, em parte, à ausência de sistemas adequados de salário mínimo, em média, em muitos países, se reorientou o foco para o conceito de "salário vital", que tem por objectivo garantir que os trabalhadores ganhem o suficiente para desfrutar de um nível de vida digno.

Verificou-se sistematicamente nas investigações acadêmicas que os sindicatos e a negociação coletiva reduzem a desigualdade salarial. No entanto, a cobertura do mundial de a negociação coletiva é baixa (um terço dos empregados) e das taxas de sindicalização levam décadas diminuindo.

Políticas de redistribuição. As políticas de redistribuição, a legislação de segurança social e a cobertura efetiva foi ampliada consideravelmente, e estima-se que mais da metade a população mundial estava amparada por, pelo menos, um regime em 2023 (ver gráfico RE6). No entanto, quase metade das pessoas são excluídas, e os países de rendimento baixo vão muito para trás quanto para a cobertura. As transferências sociais são eficazes para reduzir a desigualdade, mas a capacidade fiscal (arrecadação de impostos), e representa uma limitação importante tanto, especialmente em países de rendimento baixo.

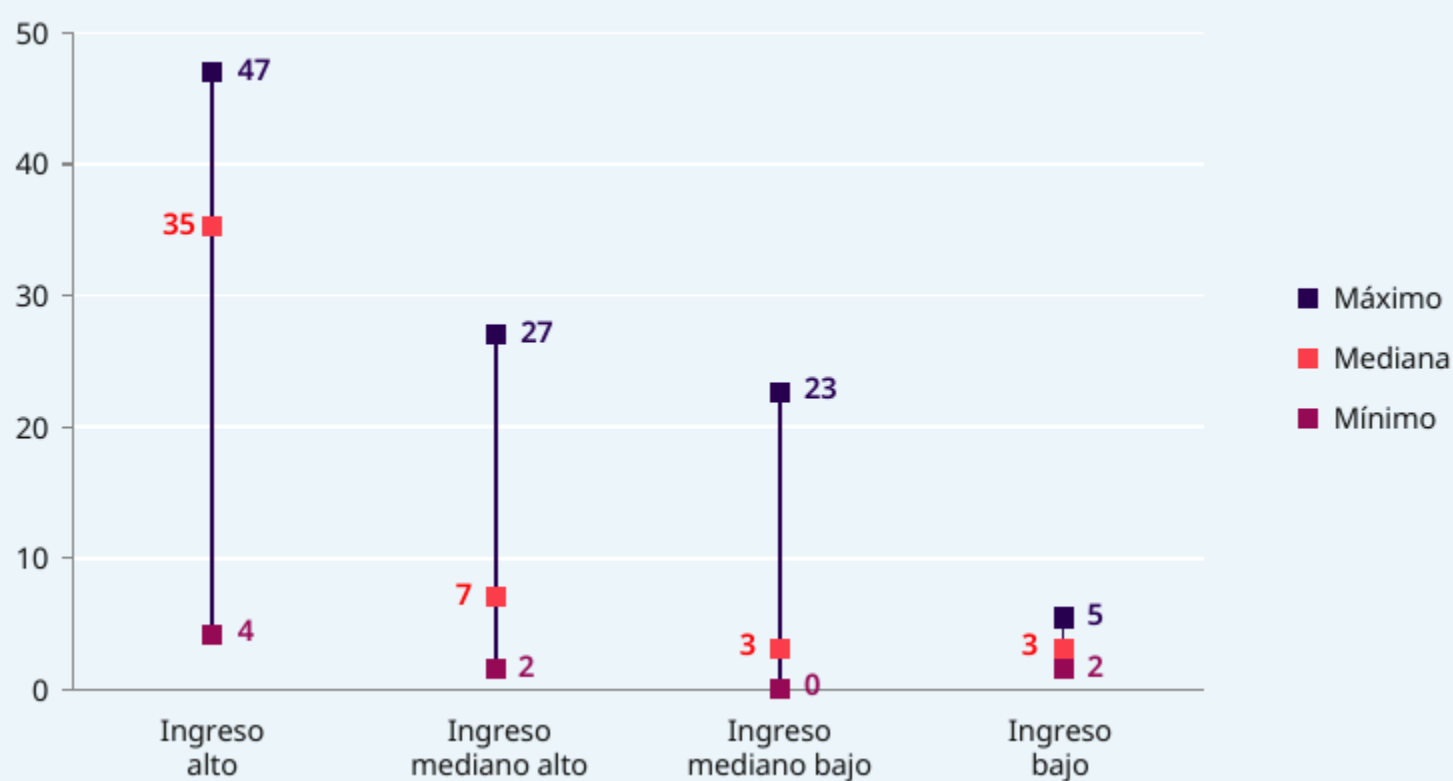
> **Gráfico RE6. Cobertura eficaz da segurança social, por grupo de população, 2015 e 2023 (percentagem)**



Nota: Ver Indicador 1.3.1 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Fonte: OIT, *World Social Protection Report 2024-26: Universal Social Protection for Climate Action and a Just Transition* (resumo executivo em espanhol: *Relatório Mundial sobre a Proteção Social 2024-2026: Proteção social universal para a ação climática e uma transição justa*), 2024, gráfico 3.2.

**Gráfico RE7. A redução da desigualdade decorrente da redistribuição por grupo de países de acordo com seu nível de renda (percentual)**



Nota: Os números mostram o percentual de redução da desigualdade de renda (medida pelo coeficiente de Gini) como resultado do sistema de redistribuição. Por exemplo, um país onde a desigualdade de renda diminui de 40 a 30 pontos Gini, graças à redistribuição reduz a desigualdade em uma quarta parte, ou seja, em 25 por cento.

Fonte: Commitment to Equity Institute (ver <https://commitmenttoequity.org>); Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económicos, "OECD Income Distribution Database (IDD)".

Os sistemas de redistribuição dos países de renda alta são os mais eficazes para reduzir a desigualdade. Não obstante, até mesmo os países de rendimento médio baixo podem atingir reduções substanciais da desigualdade de renda. A média da redução da desigualdade devida os impostos e as transferências públicas é de 35 por cento nos países de rendimento alto, de 7 por cento nos de renda média alta, de 3 por cento e os de rendimento médio baixo e de 3 por cento para os de renda baixa (ver gráfico RE7).



## Capítulo 4: Transições justas

Hoje, estamos diante de um conjunto simultâneo de três grandes transições: ambiental, digital e demográfica. Estas tendências mundiais geram mudanças econômicas estruturais que terão um impacto significativo no emprego, à medida que fechem algumas empresas e surjam outras. Uma sociedade comprometida com a justiça social deve garantir que estas transformações sejam justas para todos, especialmente para os mais vulneráveis. A expressão "transições justas" neste relatório designa os resultados que promovem a justiça social em todas as transformações da sociedade, sem deixar ninguém para trás.

**Ambiental.** Os efeitos das alterações climáticas são cada vez mais graves. O estresse térmico, por exemplo, atingiu o 71 por cento dos trabalhadores em 2024. A mudança climática também provocará perdas de produtividade, e as populações vulneráveis são as que sofrem as piores consequências: os beneficiários de rendimentos baixos, que só contribuem em 12 por cento as emissões mundiais, sofrerão 75 por cento das perdas de rendimentos para efeitos relacionados com o clima. Em resposta, os esforços de modernização, a fontes de energia mais limpas podem resultar na perda de 6 milhões de postos de trabalho nas indústrias de combustíveis fósseis; no entanto, pode gerar, ao mesmo tempo, cerca de 24 milhões de novos postos no setor de energias renováveis e em outros setores verdes. Esta transição exigirá um ajuste de um modelo de grande escala e a requalificação profissional de pelo menos 70 milhões de trabalhadores. A fim de gerir esta convulsão de forma equitativa, a OIT elaborou diretrizes de política para uma "transição justa", defendendo medidas que promovam o trabalho decente, reduzam a desigualdade e integrem o diálogo social, de tal forma que as medidas ambientais não agravem as disparidades existentes.

**Digital.** A transição digital está redefinindo a natureza do trabalho e a atividade econômica. A digitalização continua impulsionando o crescimento, gerando novas indústrias e mudando a forma de trabalhar das pessoas, seja em modalidades de teletrabalho, ou em plataformas digitais. A IA generativa já está começando a transformar até um de cada quatro postos de trabalho, e algumas profissões, como as de pessoal de apoio administrativo, são expostas a sofrer uma total automatização. As mulheres têm mais probabilidade de serem afetadas por a perda de postos de trabalho, já que seu emprego se concentra no setor. Além disso, os benefícios potenciais da digitalização não são distribuídos uniformemente. A brecha digital separa as economias ricas e as pobres, assim como as empresas grandes, pequenas, o que limita o aumento da produtividade nos países de renda mais baixa. O aumento de a gestão de algoritmos, em que as decisões sobre o trabalho e os trabalhadores tomam as algoritmos, suscita preocupação em aspectos relativos à igualdade e a condições de trabalho. Neste contexto, o respeito dos direitos fundamentais e do trabalho decente devem presidir os debates sobre a regulamentação, e o diálogo social ajudá-lo a definir a forma de integrar a tecnologia no local de trabalho.

**Demográfica.** A transição demográfica ocorre mudanças a longo prazo profundamente significativas. As taxas de fecundidade diminuem em todo o mundo, embora a ritmos diferentes de acordo com os países. O declínio da população activa nos países de rendimento alto e médio alto aviva a preocupação por uma futura escassez de mão-de-obra, enquanto que os países de rendimento baixo e médio baixo continuam a registar um crescimento demográfico que pode

gerar excedentes de mão-de-obra. Ao mesmo tempo, o envelhecimento da população aumenta as taxas de dependência na velhice, o que exerce uma pressão cada vez mais intensa sobre os sistemas de pensões e as redes de proteção social. A economia do cuidado já está submetida a tensões —inadequação da qualificação, possível escassez de trabalhadores, salários baixos e condições de trabalho difíceis— e prevê-se que a procura de emprego no setor de os cuidados de longa duração aumente drasticamente até 2050. O envelhecimento da força de trabalho coloca também outros desafios, como o aumento das taxas de deficiência e a necessidade de políticas de emprego inclusivas. Inovações como os planos de aposentadoria parcial e da legislação antidiscriminatória, por motivos de idade são essenciais para apoiar a os trabalhadores de idade avançada e sustentar a participação econômica.

Em conjunto, estas transições exigem uma ação coordenada de governos, indústrias e co- munitades. Não só supõem uma prova de resistência, mas também uma oportunidade para construir sociedades mais inclusivas, sustentáveis e justas.

Explorar essas transições para tirar partido de suas oportunidades ao mesmo tempo em que se atenuam seus riscos exigirá uma combinação de três esforços: 1) aplicar as instituições do trabalho existentes para as mudanças de que se trata; 2) adaptar as instituições do trabalho para os desafios específicos de cada transição; e 3) ampliar as instituições do trabalho para integrar as políticas das três transições.



## Reflexões para o futuro

Apesar dos notáveis progressos realizados nos vários aspectos, perduram os fenômenos de descontentamento generalizado e perda de confiança nas instituições, como resultado de um progresso social iníquo e da persistente desigualdade em muitos países. Com o fim de avançar, este relatório defende um compromisso renovado com a justiça social, apoiado por uma ação decisiva e uma formulação de políticas inclusivas.

Esta visão começa por voltar a aplicar as instituições do trabalho existentes —como os sistemas de proteção social, as políticas ativas do mercado de trabalho e das proteções de trabalho, as dificuldades que hoje se colocam. No entanto, as políticas existentes não são suficientes para enfrentar os novos desafios. As instituições devem se adaptar para atender as demandas singulares de nosso tempo, sobretudo à medida que as sociedades se deparam a transições ambientais, digitais e demográficas. Um elemento central desta adaptação é um diálogo social contínuo, através do qual os parceiros sociais contribuam para a formulação de os resultados e as soluções de política.

Uma abordagem verdadeiramente transformador deve amplificar também a dimensão social da formulação de políticas. As políticas trabalhistas não devem respeitar a marcos mínimos, mas interconectar-se em áreas mais amplas, como as finanças, da indústria, da saúde e da pla- nificaci3n ambiental. É essencial acabar com a fragmentação das políticas a nível nacional e mundial. A colaboração entre ministérios, instituições internacionais e parceiros sociais permitirá dar respostas mais holísticas e coordenadas para os complexos desafios mundiais do presente.

Associações como a Coaliz3o Mundial para a Justiça Social, criada pelos componentes da OIT (Governos, empregadores e trabalhadores), e a Segunda Cimeira Mundial sobre o Desenvolvimento Social s3o oportunidades e instrumentos fundamentais para facilitar e reforçar o compromisso e a cooperaç3o em prol da justiça social e o trabalho decente para todos.

## Promover a justiça social, promover o trabalho decente

A Organização Internacional do Trabalho é a agência das Nações Unidas para o mundo do trabalho. Reunimos aos governos, empregadores e trabalhadores, a fim de melhorar as condições de trabalho de todas as pessoas, promovendo uma abordagem do futuro do trabalho centrado no ser humano através da criação de emprego, os direitos no trabalho, a protecção social e o diálogo social.

**ilo.org**

---

### Organização Internacional do Trabalho

Route des Morillons 4

1211 Genebra 22

Suíça



Sob licença CC BY 4.0 © Organização Internacional do Trabalho 2025

Resumo executivo da publicação da OIT intitulado: OIT, A situação de justiça social: progressos em curso, Genebra: Escritório Internacional do Trabalho, de próxima publicação. © OIT. ISBN: 9789220410561 (impresso), 9789220410578 (web PDF);

DOI: <https://doi.org/10.54394/VAMX6914>.